

ENCONTRO DO PEN 2025

Perspectivas e desafios da implementação da LAI
e LGPD no processo administrativo eletrônico

Cibelle Brasil

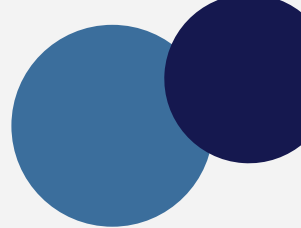
Diretora de Supervisão e Monitoramento
do Acesso à Informação - CGU



Princípio da Máxima Transparência

Acesso é a regra,
sigilo é a exceção.

Para negar informação, é
preciso justificar com base
na LAI.



HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO DE ACESSO

A LAI determina as hipóteses exaustivas de restrição de acesso à informação

**SIGILO: LEGISLAÇÃO
ESPECÍFICA**

LAI, Art. 22.

**DOCUMENTO
PREPARATÓRIO**

LAI, art. 7 - § 3º

**INFORMAÇÃO
CLASSIFICADA**

LAI, art. 23 e 24

**INFORMAÇÃO
PESSOAL**

LAI, art. 31



SIGILO BASEADO EM **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

+ Sigilo bancário

+ Sigilo fiscal

+ Segredo de justiça

+ Segredo industrial

+ Sigilo empresarial

+ Sigilo decorrente de risco à
competitividade e à governança
empresarial

+ Sigilo das Sociedades
Anônimas

NORMA ESPECÍFICA EQUIVALENTE À LAI

DOCUMENTO PREPARATÓRIO



+ Restrição **temporária** até que haja uma posição final sobre o assunto que é objeto do DOCUMENTO ou do PROCESSO.

+ Restrição visa a evitar que a divulgação antecipada **prejudique** o ato ou decisão a ser tomada.

+ Fim do caráter temporário num determinado prazo, salvo se incidirem outras hipóteses de sigilo.

INFORMAÇÃO CLASSIFICADA



+ Requer avaliação de risco à segurança da sociedade ou do estado (hipóteses restritas)

+ Informações só podem ser classificadas por ato formal da administração: TCI

Graus de classificação:

- Reservado (restrito por até 5 anos)
- Secreto (restrito por até 15 anos)
- Ultrassegredo (restrito por até 25 anos, prorrogáveis)

INFORMAÇÃO CLASSIFICADA: HIPÓTESES

Risco à defesa e a **soberania nacionais** ou a **integridade do território** nacional

Risco à condução de negociações ou as **relações internacionais** do País, ou recebidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais

Risco à vida, à segurança ou à **saúde da população**

Elevado risco à estabilidade **financeira, econômica ou monetária** do País

Risco a planos ou operações estratégicos das **Forças Armadas**

Risco a projetos de **pesquisa e desenvolvimento científico** ou **tecnológico**, a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional

Risco à **segurança de instituições ou de altas autoridades** nacionais ou estrangeiras e seus familiares

Comprometer atividades de **inteligência, de investigação ou fiscalização**, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

LAI

- Regula o direito de acesso a informações produzidas ou custodiadas pelo Estado
- Protege as informações pessoais cuja **divulgação afetem o direito à vida privada, honra e imagem**

LGPD

- Regula o tratamento de dados pessoais pelo Estado e por particulares.
- **Não cria novas hipóteses de restrição de acesso à informação pessoal**



COMO IDENTIFICAR DADOS PESSOAIS PROTEGIDOS

Dados pessoais sensíveis: origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Importante:

A categorização como sensível não é pela privacidade do dado, mas sim pelo potencial de tratamento discriminatório.

Mas não é só isso!

Deve-se proteger outros dados relativos à vida privada das pessoas, por exemplo, alguns dados biográficos como: endereço, filiação, dados pessoais de contato.

EXCEÇÕES À RESTRIÇÃO DE DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS A TERCEIROS



Consentimento

Qualquer tipo de informação pessoal pode ser divulgada mediante consentimento.

Prevenção e diagnóstico médico

Quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz.

Pesquisas e estatísticas

Preferencialmente sem a identificação da pessoa.

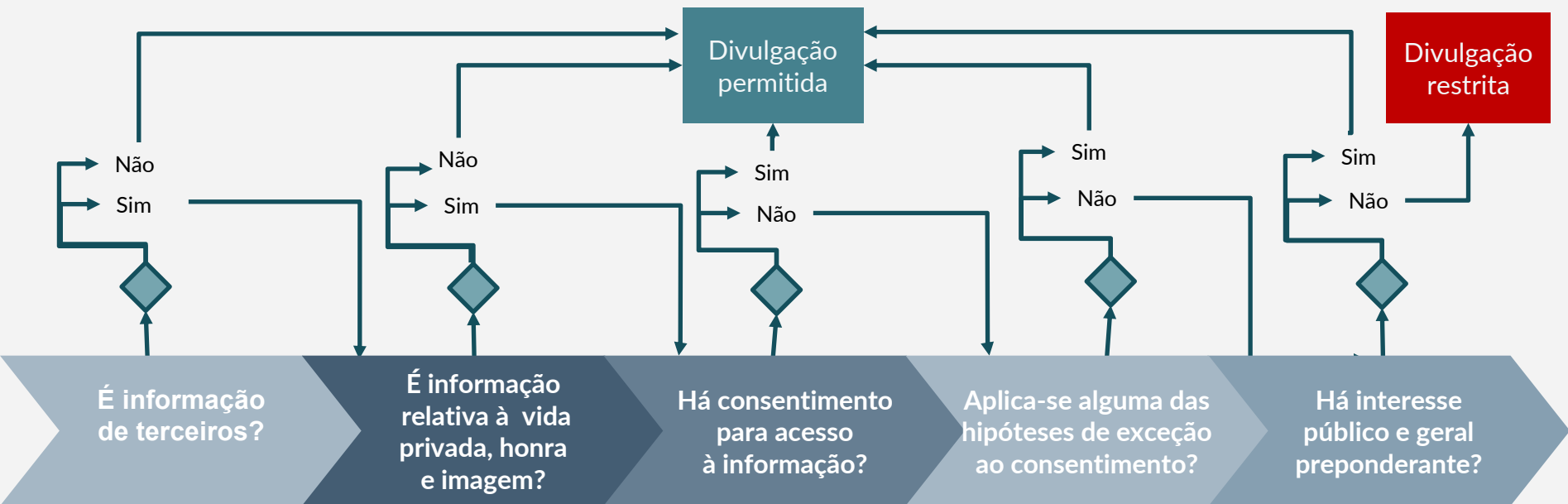
Cumprimento de decisão judicial

Mediante apresentação da ordem judicial .

Defesa de direitos humanos e recuperação de fatos históricos de maior relevância

Proteção do interesse público e geral preponderante

ESQUEMATIZANDO...



- Prevenção e diagnóstico médico
- Pesquisas e estatísticas
- Cumprimento de decisão judicial
- Defesa de direitos humanos e recuperação de fatos históricos

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO GERAL

A informação é de interesse público geral quando é importante e necessária para garantir a **participação democrática**, a **prestação de contas** do Estado e a **proteção de direitos fundamentais**.

Para identificar o interesse público geral, verifique se a informação pode ser necessária para:

- Análise de uso adequado de recursos públicos
- Controle social do exercício de função pública
- Verificação de probidade administrativa de agentes públicos (avaliação de enriquecimento ilícito, dano ao erário, violação aos princípios da administração pública)
- Combate à corrupção
- Avaliação de integridade dos processos administrativos (licitações e contratações, progressão funcional, concursos etc.)
- Controle social da política ou serviço público

Relação exemplificativa.

Na análise do caso concreto, o órgão pode identificar outras hipóteses relevantes para o controle social.

Importante: Em atenção ao princípio da necessidade, deve-se fornecer os dados pessoais mínimos necessário para atender ao interesse público identificado.

HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO NO SEI

ORIENTAÇÕES

- A restrição de acesso a um processo ou documento deve estar baseada, **obrigatoriamente**, em alguma das hipóteses previstas na LAI.
- Portaria, decreto, ou outro normativo infralegal **não pode criar nova restrição de acesso**. Sigilos devem ser criados por lei ou norma superior.
- Para referenciar um decreto ou portaria como hipótese de restrição, este deve **regulamentar uma previsão legal de sigilo**.

HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO NO SEI

ORIENTAÇÕES

- Processos podem ser **restritos temporariamente**, quando a divulgação antecipada pode comprometer a decisão.
- Quando ocorre o ato decisório, os documentos do processo **passam a ser públicos**. Exceção: se houver outra hipótese de sigilo associada.
- Informação classificada **não deve ser inserida no SEI**. Elas só podem ser cadastradas em sistemas com algoritmo de criptografia de estado.

HIPÓTESES DE RESTRIÇÃO NO SEI

ORIENTAÇÕES

- A existência de dados pessoais em um processo **não o torna sigiloso**.
- O processo com dados pessoais pode ser acessado **tarjando-se os dados relativos à vida privada, honra e imagem** das pessoas.
- Há dados pessoais que podem ser acessados por terceiros. Use o fluxo apresentado como.
- Dados pessoais relativos à vida privada, honra e imagem podem ser acessados por seus titulares. A demanda pode vir por meio de pedido de LAI.

ACESSO A DADOS PESSOAIS

Autores de atos administrativo

Em regra, não há restrição em divulgar a identificação do agente público que realizou atos administrativos.

Exemplos:

- Autoria de relatórios, notas técnicas, decisões administrativas etc.
- Acesso ou registro de informações e ações em sistemas.

Orientação geral, lembre-se de analisar o caso concreto!

ACESSO A DADOS DE AGENTES PÚBLICOS

Tipo de informação	Acesso permitido?	Observações
Nome completo do servidor	Sim	Trata-se de dado cadastral, que não se refere à vida privada, honra ou imagem do servidor.
Número de matrícula funcional (SIAPE ou outro)	Sim	Pode ser fornecido, pois é considerado uma informação relativa ao exercício de cargo público. Não há necessidade de anonimização e <i>tarjamento</i> .
CPF	Parcialmente	Trata-se de dado pessoal relativo à privacidade do agente público, portanto, quando houver necessidade de divulgação, sugere-se anonimizar ou mascarar, recomendando-se o formato "***.999.999-**".
Endereço e telefone pessoais	Não	Trata-se de dados de privacidade do servidor.
Endereços de e-mail funcional	Sim	Deve-se divulgar os e-mails de contato para atendimento ao público. Não há óbice à divulgação de e-mails funcionais, órgão deve avaliar o caso concreto.

Orientação geral, lembre-se de analisar o caso concreto!

SOBRE O CPF



Normativos e decisões recentes do Tribunal de Contas da União

RESOLUÇÃO TCU Nº 354, DE 12.04.2023

Art. “4º ... Para fins de fomento ao controle social, é admitida a divulgação integral do número de inscrição no CPF de **responsável sujeito à jurisdição do TCU** ...”

ACÓRDÃO Nº 1511/2025 – TCU – Plenário

... identificação precisa do nome (incluindo sobrenome) e do número completo do CPF de pessoas naturais ... envolvidas com a execução de recursos decorrentes de convênios e congêneres ... assim como representantes de empresas e entidades privadas que realizem convênios e congêneres ou firmem contratos administrativos com Poder Público

ACESSO A DADOS DE PARTICULARES

Os dados a serem disponibilizados vão depender da relação do titular do dado com o Estado. Quanto mais próxima a relação da pessoa com o Estado, maior a relevância da divulgação da informação.

Beneficiário de recursos públicos (políticas assistenciais)
Nome completo
Número de cadastro relativo à política pública (Ex: NIS)
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)

Particulares que fornecem bens ou serviços
Nome completo
Número do CPF descaracterizado (***.999.999-**)
Endereço profissional
Pode haver necessidade de divulgação do número de outro documento de identificação caso não haja o número do CPF

Orientação geral, lembre-se de analisar o caso concreto!

Obrigada!

Dúvidas?

Contate nosso canal de orientação:
acesso_informacao@cgu.gov.br

